

**FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE RO**

**DANIELE FERREIRA TIBÚRCIO**

**ANÁLISE DO PERFIL DOS PREFEITOS E SEUS EFEITOS NA TRANSPARÊNCIA  
PÚBLICA MUNICIPAL NO BRASIL**

**PORTO VELHO  
2025**

**DANIELE FERREIRA TIBÚRCIO**

**ANÁLISE DO PERFIL DOS PREFEITOS E SEUS EFEITOS NA TRANSPARÊNCIA  
PÚBLICA MUNICIPAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Diego Rodrigues Boente.

**PORTO VELHO  
2025**

**DANIELE FERREIRA TIBÚRCIO**

**ANÁLISE DO PERFIL DOS PREFEITOS E SEUS EFEITOS NA TRANSPARÊNCIA  
PÚBLICA MUNICIPAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração.

Aprovada em 26 novembro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Diego Rodrigues Boente**

Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**Prof. Dr. João Eudes Bezerra Filho**

Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**Prof. Dr. Francinildo Carneiro Benício**

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

**PORTO VELHO  
2025**

## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, Guilherme Tibúrcio, pela compreensão e resiliência diante da distância imposta por este período desafiador, que exigiu sacrifícios de toda a nossa família.

À minha mãe, Vanderliza Ferreira Frota, pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos preciosos que moldaram meu caráter — entre eles, a importância da organização — e, de forma curiosa e afetuosa, por ter me ensinado a pilotar uma motocicleta, mesmo sem jamais ter conduzido uma [risos].

Aos colegas e professores do curso de Mestrado da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, pelo ambiente enriquecedor de trocas acadêmicas e humanas, que muito contribuíram para minha formação intelectual e pessoal.

À memória da minha querida avó, Maria Auxiliadora Muniz Rioja, cuja generosidade, fé e exemplo de vida me legaram o mais valioso dos ensinamentos: conhecer Jesus Cristo.

À memória da estimada amiga e colega de mestrado, Fernanda Arnhold, profissional exemplar e mulher de inteligência notável, cuja partida prematura deixou em todos nós um sentimento de perda. Compartilhamos momentos de aprendizado e companheirismo que permanecem vivos em minha memória.

E, por fim, ao Governo do Estado de Rondônia pelo incentivo à qualificação por meio do Programa de Aperfeiçoamento Funcional Permanente da Contabilidade Geral do Estado (Coges). O Apoio institucional foi fundamental para a realização deste trabalho.

“O sol é para todos, porém a sombra do Onipotente é somente para aqueles que habitam no esconderijo do Altíssimo”.

(Billy Graham)

## RESUMO

Este estudo analisa a influência do perfil dos prefeitos brasileiros sobre a transparência pública municipal, considerando variáveis políticas, socioeconômicas, fiscais e demográficas. O objetivo central foi compreender em que medida características individuais dos gestores, como gênero, ideologia política, grau de instrução, idade e raça/cor, influenciam os níveis de divulgação de informações nos portais eletrônicos municipais. Para alcançar tal finalidade, adotou-se uma abordagem quantitativa, baseada em dados em painel referentes aos anos 2022 a 2024, abrangendo 1.589 municípios e totalizando 4.767 observações. A variável dependente correspondeu ao Índice de Transparência do Radar da Transparência da ATRICON, enquanto as variáveis independentes e de controle foram extraídas de bases oficiais como IBGE, TSE, PNAD e Tesouro Nacional. O método estatístico aplicado foi a regressão generalizada por mínimos quadrados (GLS), ajustada para heterocedasticidade e autocorrelação, garantindo robustez às estimativas. Os resultados indicaram que prefeitas apresentam desempenho significativamente superior em termos de transparência, reforçando a literatura que associa a liderança feminina a práticas de governança mais éticas e responsivas. Prefeitos autodeclarados pretos ou pardo e de maior idade também se mostraram positivamente relacionados à divulgação de informações. Em contrapartida, o grau de instrução não apresentou significância estatística e a ideologia política revelou efeitos divergentes: prefeitos de partidos de direita associaram-se negativamente à transparência, enquanto prefeitos de esquerda exibiram efeito positivo, mas de baixa magnitude e significância marginal. No campo dos fatores estruturais, municípios populosos e com maior capacidade institucional demonstraram maior transparência, enquanto desigualdade social e endividamento apresentaram correlação negativa. Conclui-se que a transparência pública municipal resulta da interação entre variáveis socioeconômicas, institucionais e atributos individuais dos prefeitos sendo, portanto, um fenômeno multifacetado. Teoricamente o trabalho contribui ao ampliar a literatura brasileira sobre transparência, incorporando características pessoais dos gestores como determinantes ainda pouco explorados. No plano prático. Os achados sugerem que políticas públicas e ações de órgãos de controle, como Tribunais de Contas e a ATRICON, devem priorizar municípios com menor capacidade fiscal, ofertando mecanismos de apoio diferenciados para reduzir desigualdades e estimular a implementação de práticas de governo aberto. Além disso,

evidencia-se a importância de fortalecer lideranças políticas comprometidas com a *accountability* e a gestão responsiva, como estratégia para aprimorar a qualidade da democracia local.

**Palavras-chave:** transparência pública; perfil do prefeito; governança municipal; *accountability*.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the influence of Brazilian mayors' profiles on municipal public transparency, considering political, socioeconomic, fiscal and demographic variables. The research aims to understand to what extent individual characteristics of mayors, such as gender, political ideology, education, affect the levels of information disclosure on municipal transparency portals. To achieve this purpose, a quantitative approach was adopted using panel data from 2022 to 2024, encompassing 1,589 municipalities and totaling 4,767 observations. The dependent variable was the Transparency Index from Radar da Transparência (ATRICON), while independent and control variables were, collected from official databases such as IBGE, TSE, PNAD, and the National Treasury. Generalized least squares (GLS) regression models were, estimated with adjustments for heteroskedasticity and autocorrelation to ensure robust results. The findings indicate that female mayors exhibit significantly higher levels of transparency, reinforcing evidence linking women's leadership to more ethical and responsive governance practices. Self-declared Black or Brown mayors and older mayors were also positively associated with higher levels of information disclosure. Conversely, educational level was not statistically significant, while political ideology showed divergent effects: right-wing mayors were negatively associated with transparency, whereas left-wing mayors presented a positive but marginal effect. Structural factors such as municipal size and institutional capacity positively influenced transparency, whereas income inequality and indebtedness were associated with lower disclosure level. The research expands Brazilian literature by incorporating individual characteristics of mayors still underexplored in the field as determinants of transparency. From a practical perspective, the results suggest that public policies and oversight institutions, such as Courts of Accounts and ATRICON, should prioritize support for municipalities with greater socioeconomic challenges and promote open government practices. The study also underscores the importance of political leadership committed to *accountability* and responsive management as a means to strengthen local democratic quality.

**Keywords:** public transparency; mayor profile; municipal governance; accountability.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: CONTEXTO INTERNACIONAL .....	12
2.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL .....	13
2.3 PERFIL DO PREFEITO E TRANSPARÊNCIA .....	15
2.3.1 Ideologia política .....	15
2.3.2 Gênero .....	17
2.3.3 Grau de instrução .....	19
2.3.4 Idade e raça/cor do prefeito (variável de controle) .....	20
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>22</b>
3.1 MODELO ECONOMETRICO.....	23
3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	24
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS.....	26
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS .....	28
4.2 MATRIZ DE CORRELAÇÃO.....	31
4.3 ANÁLISE DA REGRESSÃO LINEAR .....	32
4.4 DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES .....	36
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A transparência pública consolidou-se como um dos princípios estruturantes da governança democrática, ao ampliar o acesso das pessoas às informações estatais e fortalecimento dos mecanismos de *accountability*.

No Brasil, esse movimento ganhou força com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a Lei de Acesso à Informação, que estabeleceram parâmetros para a publicidade, a gestão fiscal responsável e a abertura de dados governamentais (Brasil, 1988, 2000, 2011).

A literatura nacional tem ressaltado que a transparência desempenha papel fundamental na promoção da eficiência estatal, na prevenção de desvios e na ampliação da confiança pública (Herman et al., 2022; Michener et al., 2021;).

Estudos sobre transparência governamental identificam que variáveis institucionais, socioeconômicas e administrativas influenciam significativamente o nível da abertura das informações públicas nos municípios brasileiros. Entre esses fatores, destacam-se capacidade administrativa, porte populacional, desigualdade social e maturidade institucional (Herman et al., 2022; Raupp & Pinho (2011)

Contudo, apesar do crescente avanço da literatura, persiste uma lacuna importante sobre o papel desempenhado pelas características individuais dos gestores públicos, em especial prefeitos, na conformação da transparência municipal.

No contexto do federalismo brasileiro, prefeitos exercem papel central na definição de prioridades, na condução administrativa e na alocação de recursos públicos. A literatura sobre comportamento político e liderança pública aponta que atributos pessoais dos gestores, como gênero, trajetória política, idade e identidade

social, influenciam estilos de liderança, comportamentos éticos e prioridades de governo (Dollar et al., 2001; Ferraz & Finan, 2011;)

Essas evidências sugerem que o perfil do prefeito pode contribuir para explicar variações nos níveis de transparência municipal, ainda que esse debate permaneça incipiente no campo da administração pública e das políticas públicas no Brasil.

Considerando a lacuna teórica e a relevância prática do tema, esta dissertação busca responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida as características individuais dos prefeitos, gênero, ideologia política e grau de instrução influencia o nível de transparência pública dos municípios brasileiros.

O objetivo central do estudo consiste em analisar a influência dessas características pessoais sobre a nota de transparência atribuída pelo Radar da Transparência, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) entre 2022 e 2024, controlando fatores demográficos, socioeconômicos, fiscais e regionais. O período analisado corresponde ao ciclo mais recente de avaliações comparáveis disponibilizadas pela ATRICON possibilitando observar a evolução da transparência ao longo do mesmo mandato municipal.

A justificativa do estudo apoia-se em três dimensões. No campo teórico, contribui para suprir uma lacuna ao incorporar características individuais dos prefeitos como determinantes da transparência, tema pouco explorado em pesquisas brasileiras (Fernandes et al., 2024; Michener et al., 2021;).

No campo empírico, o estudo aprofunda a compreensão sobre a heterogeneidade dos municípios brasileiros, ao evidenciar como fatores sociais e políticos interagem com capacidades institucionais e desigualdades estruturais (Raupp & Pinho, 2011).

No campo prático, os resultados podem subsidiar órgãos de controle e gestores públicos no aprimoramento de estratégias de fortalecimento da transparência, especialmente em contextos de baixa capacidade administrativa.

Os principais resultados indicam que prefeitas apresentam níveis mais elevados de transparência, reforçando evidências sobre a associação entre liderança feminina e práticas de gestão mais responsivas e éticas (Dollar et al., 2001; Ferraz & Finan, 2011).

Prefeitos pretos ou pardos e gestores mais velhos também apresentaram efeitos positivos sobre a transparência. Por outro lado, o grau de instrução não apresentou significância estatística, resultado compatível com achados e recentes em estudos nacionais.

Em relação à ideologia política, prefeitos de partidos de direita apresentaram efeito negativo sobre a transparência, enquanto prefeitos de partidos de esquerda demonstraram efeito positivo de baixa magnitude. Já os fatores estruturais, como porte populacional, desigualdade e endividamento, comportaram-se de maneira consistente com a literatura (Herman et al., 2022; Raupp & Pinho 2011).

A dissertação organiza-se em cinco capítulos. Após esta introdução, o capítulo 2 apresenta o referencial teórico e empírico relacionado a transparência pública e ao perfil dos gestores. O capítulo 3 detalha a metodologia, o modelo econométrico e as variáveis utilizadas. O capítulo 4 discute os resultados à luz da literatura. Por fim, o capítulo 5 apresenta as considerações finais, contribuições, limitações e sugestões para estudos futuros.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA: CONTEXTO INTERNACIONAL

A transparência pública é amplamente reconhecida como um dos pilares da governança democrática, na medida que fortalecer a *accountability*, reduz a assimetria informacional entre Estado e sociedade e amplia a legitimidade das instituições públicas (Matheus & Janssen, 2020).

No plano internacional, a consolidação dessa agenda ocorreu de forma gradual, impulsionada por pressões sociais, avanços tecnológicos e compromissos voltados à abertura governamental (Matheus & Janssen, 2020).

A agenda de Dados Governamentais Abertos (DGA) ganhou relevância a partir dos anos 2000. Historicamente, conforme destacam Nikiforova e McBride (2021), as informações públicas eram tratadas como ativos internos do Estado, acessíveis apenas mediante solicitações formais. Esse paradigma começou a ser alterado com o fortalecimento de demandas por *accountability*, a ampliação do controle social e a difusão de normas internacionais de transparência.

Nesse contexto, o lançamento do portal Data.gov em 2009, durante a administração Obama nos Estado Unidos, representou um marco fundamental, ao estimular a criação de repositórios de dados abertos em diversos países e consolidar padrões internacionais de divulgação ativa de informações públicas (Cunha et al., 2024).

Em 2011, a criação da *Open Government Partnership* (OGP) institucionalizou compromissos multilaterais voltados à transparência, participação cidadã e inovação governamental, conferindo caráter global à agenda de governo aberto. Atualmente,

mais de 70 países integram a iniciativa, evidenciando a difusão internacional desses princípios (Cunha et al., 2024)

Na Europa, avanços significativos também foram observados, especialmente por meio de legislações de liberdade de informação, como a experiência dinamarquesa, e de políticas de dados abertos implementadas no Reino Unido, que passaram a servir de referência internacional (Olsen et al., 2024).

Estudos comparativos indicam que países com maior institucionalização legal e elevada capacidade administrativa tendem a alcançar melhores resultados na implementação de transparência (Meijer, 2013).

Todavia, Matheus e Janssen (2020) alertam que a simples disponibilização de dados não é suficiente para reduzir a assimetria informacional, sendo fundamental clareza, usabilidade e relevância das informações divulgadas.

## 2.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL

No Brasil, a agenda da transparência possui raízes constitucionais. A Constituição Federal de 1988 consagrou a publicidade como um dos princípios fundamentais da administração pública, estabelecendo o dever estatal de dar visibilidade aos seus atos administrativos (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Esse marco normativo inaugurou uma nova lógica de gestão pública orientada pela *accountability* e pelo fortalecimento do controle social.

A partir da década de 2000, em consonância com a adesão do país à OGP, a transparência ganhou novo impulso com a promulgação de legislações específicas.

Com o objetivo de garantir a publicidade da gestão pública, a Lei Complementar nº 131 (2009) dispõe sobre a transparência da execução orçamentária e financeira, enquanto a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, 2011) regulamenta o direito do cidadão de obter informações de órgãos oficiais, fortalecendo o controle social (Bodart et al., 2015).

A implementação da LAI ampliou o escopo da publicidade administrativa ao exigir que órgãos públicos disponibilize, de forma proativa, informações atualizadas em plataformas digitais de fácil acesso (Controladoria-Geral da União [CGU], 2024).

Pesquisas recentes apontam avanços importantes, mas também desafio persistente. Craveiro et al. (2023) destacam que a transparência se consolidou como instrumento de aproximação entre Estado e sociedade, contribuindo para a eficiência das políticas públicas.

No entanto, estudos também evidenciam limitações recorrentes, como informações incompletas, linguagem excessivamente técnicas e dificuldades de acesso por parte de cidadãos com menor capital digital (Matheus & Janssen, 2020; Michener et al., 2021).

No âmbito municipal, a heterogeneidade é marcante. Avaliações como a Escala Brasil Transparente (CGU, 2024) e o Radar da Transparência (ATRICON) revelam que municípios de maior porte e com maior capacidade administrativa tendem a apresentar portais mais completos e atualizados, enquanto municípios menores enfrentam restrições técnicas e institucionais (Controladoria Geral da União [CGU], 2024).

Essa desigualdade reforça a importância de considerar além dos fatores estruturais, elementos políticos e individuais na análise da transparência municipal.

A literatura nacional evidencia que fatores estruturais e institucionais influenciam diretamente os níveis de transparência. Cruz et al., (2010), ao analisarem os portais eletrônicos dos 23 maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro, identificaram níveis reduzidos de transparência fiscal, incompatíveis com a capacidade socioeconômica dessas localidades.

Posteriormente, Cruz et al. (2012), ao ampliaram a análise para os 96 municípios mais populosos do país, confirmaram que, embora o desenvolvimento socioeconômico esteja positivamente associado à transparência, a existência de recursos não garante, por si só, níveis elevados de abertura informacional.

Em conjunto, esses estudos indicam que a transparência pública municipal resulta da interação entre recursos, capacidade institucional e escolhas políticas, abrindo espaço para a investigação do papel desempenhado pelo perfil dos gestores locais.

## 2.3 PERFIL DO PREFEITO E TRANSPARÊNCIA

### 2.3.1 Ideologia política

A ideologia política, entendida como o conjunto de crenças e valores que orientam a atuação dos agentes públicos em relação à organização econômica, social e institucional (DePaula, 2023).

Tradicionalmente, partidos de esquerda tendem a defender maior intervenção estatal e políticas de inclusão social, enquanto partidos de direita enfatizam eficiência administrativa, austeridade fiscal e menor intervenção governamental (Gerigk et al.,

2018). Essas orientações podem influenciar a priorização de práticas de transparência e divulgação de informações públicas.

No contexto internacional, Nicoló et al. (2024), ao examinarem 7.134 administrações municipais italianas por meio de regressão logística multinível, observaram que prefeitos progressistas apresentaram maior propensão à divulgação de informações socioambientais e de sustentabilidade.

A probabilidade de adoção de transparência ativa foi particularmente elevada entre governos alinhados à centro-esquerda, que se destacaram na publicação de relatórios digitais sobre clima, inclusão social e educação ambiental. Esses resultados sugerem que a ideologia pode influenciar padrões de abertura e engajamento com práticas de transparência (Nicoló et al., 2024).

No Brasil, contudo, os resultados são menos consensuais. Baldissera (2018) utilizando regressão múltipla em uma amostra de 217 municípios do Rio Grande do Sul, não identificou significância estatística da variável ideologia para explicar a transparência fiscal. O autor argumenta que fatores estruturais, como porte populacional e capacidade fiscal, exercem influência mais robusta do que a filiação partidária.

Por outro lado, estudos comparativos indicam que a ideologia pode atuar de forma condicional. Tejedo-Romero e Araujo (2023) demonstram que prefeitos de esquerda, quando inseridos em contextos de alta capacidade institucional e maior participação cidadã, apresentaram significativamente níveis superiores de divulgação de informações.

Em condições semelhantes, prefeitos de direita demonstraram níveis mais baixos de transparência, sugerindo que o impacto da ideologia depende das características institucionais e sociais do município (Tejedo-Romero & Araujo, 2023)

Além desses fatores, o alinhamento político-partidário com governos estaduais e federal operacionalizado, este estudo, pela variável coligação presidencial, pode influenciar o acesso a recursos, a dinâmica de cooperação intergovernamental e práticas clientelistas, afetando indiretamente os incentivos à transparência (Gerigk et al., 2018).

Diante dessas evidências, formulam-se as seguintes hipóteses:

**H1 – Municípios governados por prefeitos de ideologia política de direita apresentam maior transparência.**

**H2 – Municípios governados por prefeitos de ideologia política de esquerda apresentam maior transparência.**

### **2.3.2 Gênero**

A literatura sobre gênero e gestão pública destacam diferença nos estilos de lideranças nas prioridades administrativas e nos resultados institucionais entre homens e mulheres em cargos eletivos. Diversos estudos apontam que prefeitas tendem a apresentar maior sensibilidade social, maior aversão à corrupção e maior engajamento com práticas de integridade e transparência.

Ermini et al. (2023), ao analisarem mais de 6.000 municípios italianos entre 2014 e 2015, utilizando regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), identificaram que prefeitas estavam associadas a melhores indicadores de bem-estar

social e sustentabilidade local. Os autores sugerem que o gênero pode influenciar a orientação das políticas públicas e a priorização de estratégias de governança

De forma complementar, Goel et al. (2023), em estudo multinacional gênero e corrupção entre 2018-2020, observaram que a maior presença de mulheres no legislativo nacional está associada à redução dos níveis de corrupção. Embora o mesmo não tenha sido verificado para chefes de Estado e ministros, os autores destacam que a participação feminina tende a fortalecer práticas de *accountability* e integridade institucional.

No Brasil, Brollo e Troiano (2016), analisando disputas eleitorais decididas por margens estreitas, verificaram que prefeitas apresentam desempenho administrativo superior em indicadores de *accountability* fiscal e social, além de menor incidência de irregularidades apontadas em auditorias. Esses achados reforçam a hipótese de que lideranças femininas inclinam-se para a práticas mais responsivas e transparentes.

Gomes et al (2024) destacam que lideranças femininas enfrentam maior cobrança social por integridade, decorrente tanto de expectativas de retidão quanto da menor tolerância pública a desvios de conduta associados a mulheres. Esse duplo padrão pode estimular a adoção de práticas administrativas mais abertas e transparentes.

Assim, a literatura evidencia que o gênero constitui variável relevante para explicar diferença na transparência municipal, dado que prefeitas tendem a promover prática de governança mais inclusiva, ética e orientada ao interesse público.

Dessa forma, propõe-se a seguinte hipótese:

### **H3 – Municípios administrados por prefeitas do gênero feminino apresentam maior transparência**

#### **2.3.3 Grau de instrução**

O grau de instrução do gestor público é frequentemente associado à qualidade da governança. Prefeitos com maior nível educacional tendem a possuir maior capacidade técnica e melhor compreensão normativa, facilitando a implementação de instrumentos de controle e transparência (Guimarães et al., 2022; Melo & Tigre, 2024;).

Em estudo envolvendo 3.217 municípios brasileiros entre 2017 e 2020, Melo e Tigre (2024) utilizaram regressão logística para identificar padrões de irregularidades administrativas. Os autores observaram que prefeitos com ensino superior completo ou pós-graduação apresentaram, em média, 22% menos irregularidades apontadas em auditorias, além de maior probabilidade de adotar mecanismos digitais de prestação de contas.

Guimarães et al. (2022), analisando 1.245 municípios de médio porte, identificaram que gestores com maior escolaridade implementam práticas mais inovadoras de governança, como portais de dados abertos, ouvidorias digitais e indicadores de desempenho. A escolaridade mostrou-se estatisticamente significativa para explicar a presença de mecanismos de governo eletrônico, embora moderada pela capacidade institucional local.

Essas evidências indicam que o capital humano do prefeito exerce influência relevante sobre a efetividade das práticas de transparência, sobretudo em municípios com menor estrutura técnica e capacidade fiscal.

Assim, formula-se a seguinte hipótese:

**H4 – Municípios administrados por prefeitos com maior grau de instrução apresentam maior transparência.**

#### **2.3.4 Idade e raça/cor do prefeito (variável de controle)**

Estudos recentes têm incorporado características demográficas dos gestores públicos como elementos relevantes para a compreensão do comportamento político e da qualidade da governança local. Embora não constituam o foco central desta pesquisa, variáveis como idade/cor do prefeito são consideradas importantes fatores de controle, na medida em que podem influenciar indiretamente práticas administrativas e padrões de transparência.

A idade do prefeito pode refletir maior experiência administrativa, capital político acumulado e capacidade de articulação institucional, aspectos associados a processos decisórios mais estáveis e à adoção de práticas organizacionais consolidadas (Ferraz & Finan, 2011).

Gestores mais experientes tendem a apresentar maior familiaridade com normas legais, procedimentos burocráticos e mecanismos de prestação de contas, o que pode repercutir positivamente na condução das políticas de transparência.

De modo complementar, a raça/cor do prefeito tem sido discutida na literatura com um fator associado à sensibilidade a demandas por inclusão, equidade e justiça social, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Evidências recentes sugerem que gestores autodeclarados pretos ou pardos podem demonstrar maior atenção a políticas voltadas à ampliação do acesso à

informação e ao fortalecimento da *accountability*, ainda que tais efeitos sejam condicionados por fatores institucionais e socioeconômicos (Herman et al., 2022).

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quantitativa, com utilização de dados em painel, por se tratar de um desenho metodológico adequado para analisar simultaneamente a variação entre os municípios e ao longo do tempo.

Essa estratégia é amplamente empregada em estudos que buscam compreender a influência de características institucionais e individuais sobre indicadores de desempenho governamental, como a transparência pública municipal.

Conforme argumentam Wooldridge (2019) e Baltagi (2021), os dados em painel aumentam a eficiência estatística das estimativas, reduzem vieses decorrentes da omissão de variáveis relevantes e permitem controlar fatores não observáveis e invariantes no tempo, como cultura administrativa, maturidade institucional e padrões históricos de governança. Essas vantagens são particularmente relevantes no contexto brasileiro, caracterizado por elevada heterogeneidade estrutural entre os municípios.

Os dados utilizados foram obtidos exclusivamente de fontes oficiais, assegurando confiabilidade e rigor metodológico. A variável dependente corresponde ao Índice de Transparência do Radar da Transparência (ATRICON), cuja metodologia passou a ser aplicada de forma padronizada e comparável em âmbito nacional a partir de 2021.

As características individuais dos prefeitos, ideologia política, gênero e grau de instrução, idade e raça/cor, foram coletadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Informações demográficas, socioeconômicas e fiscais foram obtidas em bases do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da PNAD Contínua e da Secretaria do Tesouro Nacional.

O período analisado, correspondente aos anos de 2021 a 2024. A escolha desse intervalo justifica-se, primeiramente, por corresponder integralmente ao mandato municipal iniciado em 2021, permitindo analisar a influência do perfil dos prefeitos eleitos ao longo de um mesmo ciclo administrativo. Além disso, a padronização nacional do Radar da Transparência (ATRICON) ocorreu a partir de 2021, inviabilizando comparações consistentes em períodos anteriores.

Por fim, o contexto pós-pandemia reforça a relevância da análise considerando a centralidade assumida pelos mecanismos digitais de transparência na governança pública contemporânea (Piotrowski, 2022).

### 3.1 MODELO ECONOMETRICO

Para testar as hipóteses formuladas no Capítulo 2, estimou-se um modelo de regressão linear para dados em painel por meio do método de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS), como efeitos fixos para os municípios. A adoção do GLS justifica-se pela presença de heterocedasticidade e autocorrelação nos resíduos, problemas frequentes em painéis com unidades administrativas observadas ao longo do tempo (Baltagi, 2021).

A especificação com efeitos fixos permite controlar fatores não observáveis e invariantes no tempo que podem influenciar os níveis de transparência municipal, como práticas administrativas consolidadas, arranjos institucionais históricos e características culturais locais. A escolha desse modelo está alinhada à literatura

sobre transparência e *accountability* no setor público (Cruz et al., 2021; Tejedo-Romero & Araújo, 2023).

### Modelo Econométrico

$$\begin{aligned}
 TRANSP_{it} = & \beta_0 + \beta_1 * DESQUERDA_{it} + \beta_2 * DDIREITA_{it} + \beta_3 * DFEM_{it} \\
 & + \beta_4 * DSUPERIOR_{it} + \sum B * CONTROLES_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

### 3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A variável dependente é o Índice de Transparência do Radar da Transparência (ATRICON), mensurado em escala contínua de 0 a 100, refletindo o grau de divulgação de informações públicas pelos municípios.

As variáveis independentes principais representam dimensões centrais do perfil dos prefeitos. A ideologia política foi operacionalizada por meio de variáveis *dummy* que identificam prefeitos filiados a partidos de esquerda ou de direita. O gênero foi codificado como uma variável binária, assumindo valor de 1 para prefeitas e 0 para prefeitos.

O grau de instrução foi operacionalizado a partir da identificação de prefeitos com ensino superior completo.

Além dessas variáveis, o modelo incorpora um conjunto de controles destinados a capturar diferenças estruturais entre os municípios. O logaritmo natural da população municipal foi incluído para controlar efeitos de escala e capacidade administrativa. A desigualdade de renda foi mensurada por meio do Índice de GINI, enquanto o endividamento municipal capturou restrições fiscais que podem limitar investimentos em transparência.

Com relação as variáveis institucionais, que merecem destaques, CAPPAGALTA indica se o município apresenta capacidade de pagamento classificada como alta (notas A ou B), segundo critérios da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa variável busca capturar a saúde fiscal do município e sua capacidade de cumprir obrigações financeiras, aspecto associado à maior capacidade administrativa.

Já a variável COLIPRES identifica se o prefeito pertence a coligação alinhada ao Presidente da República, sendo utilizada como proxy para alinhamento político-partidário vertical, cooperação intergovernamental e possíveis incentivos institucionais que podem afetar práticas de transparência.

As variáveis idade e raça/cor do prefeito foram incluídas como controles demográficos, com o objetivo de isolar seus efeitos potenciais e reduzir vieses de omissão, sem pressupor relação causal direta com a transparência.

A Tabela 1 apresenta a descrição detalhada das variáveis, suas operacionalizações fontes e sinais esperados.

Tabela 1 – Descrição das variáveis

<i>Variáveis</i>	<i>Descrição</i>	<i>Operacionalização</i>	<i>Fonte bibliográfica</i>	<i>Sinal esperado</i>
<b>Dependente</b>				
<b>TRANSP</b>	A nota de transparência recebida pelo município	Contínua (0 - 100%)	Radar da Transparência (2024)	
<b>Independente</b>				
<b>DESQUERDA</b>	Prefeito de partido de esquerda	Dummy: 1 = Esquerda; 0 = Outros	Baldissera (2018), Tejedo-Romero e Araujo (2023), Nicolás et al. (2024) e Stewart et al. 2020.	Incerto
<b>DDIREITA</b>	Prefeito de partido de direita	Dummy: 1 = Direita; 0 = Outros	Baldissera, (2018), Tejedo-Romero, Araujo (2023), Nicolás et al. (2024) e Stewart et al. 2020.	Incerto

<b>DSUPERIOR</b>	Prefeito com ensino superior completo	Dummy: 1 = Superior; 0 = Outros	Melo e Tigre (2024), Guimarães et al. (2022) TSE (2024)	+
<b>DFEM</b>	Prefeito é mulher	Dummy: 1 = Feminino; 0 = Masculino	Goel et al. (2023) Ermini et. al (2023), Brolo e Troiano (2016), Gomes et al. (2024)	+
<b>Controle</b>				
<b>LNPOP</b>	Logaritmo natural da população	Variável contínua	IBGE (2024)	+
<b>IDADE</b>	Idade do prefeito em anos	Contínua	TSE (2024); Alves et al. (2021); Stewart et al. (2024)	-/+ (exploratória)
<b>GINI</b>	Índice de desigualdade de renda	Contínua (%)	PNAD EXTRATO, (2021, 2022, 2023)	-
<b>ENDIVID</b>	Índice de endividamento municipal	Contínua (em %)	Leite & Arvate, 2020; Filho et al., (2018)	- (esperado)**
<b>CAPPAGALTA</b>	Capacidade de pagamento municipal (CAPAG A ou B)	Dummy: 1 = Alta; 0 = Não alta	Tesouro Nacional (2024)	+
<b>COLIPRES</b>	Coligação do prefeito alinhada ao Presidente	Dummy: 1 = Coligado; 0 = Não	TSE (2019 e 2024)	+
<b>DRAÇAPRETA</b>	Prefeito de raça/cor preta ou parda	Dummy: 1 = Preta/Parda; 0 = Outras	Dollar & Gatti (2001); Goel et al. (2023)	+

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa.

### 3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados seguiram procedimentos rigorosos de controle de qualidade, garantindo a confiabilidade e a robustez das análises econométricas.

Inicialmente, realizou-se a limpeza e validação das bases, com identificação de registros duplicados, inconsistências internas e observações com ausência de informações essenciais. A exclusão desses casos garantiu a integridade estrutural do painel de dados (Wooldridge, 2019).

Em seguida, procedeu-se à padronização das bases provenientes de diferentes fontes oficiais, envolvendo a harmonização de nomenclatura, unidades de medida e formatos de codificação. As variáveis categóricas foram tratadas por meio de codificação *dummy*, conforme recomendado para modelos de regressão com dados em painel (Gujarati & Porter, 2011).

As variáveis categóricas foram tratadas por meio de codificação *dummy*, procedimentos amplamente recomendado para modelos de regressão que utilizam dados em painel (Gujarati & Porter, 2011). Foram geradas variáveis indicadoras para ideológica política, gênero, raça/cor e alinhamento partidário, com categorias de referência definidas conforme critérios teóricos e empíricos.

Variáveis contínuas com elevada assimetria, como a população municipal, foram transformadas pelo logaritmo natural, reduzindo distorções associadas a caudas longas e melhorando a distribuição dos resíduos (Wooldridge, 2016). As demais variáveis contínuas foram avaliadas individualmente quanto à necessidade de transformações adicionais.

Todas as etapas de limpeza, transformação e integração dos bancos de dados foram documentadas por meio de scripts padronizados, assegurando rastreabilidade, replicabilidade e auditabilidade do processo analítico, conforme as melhores práticas em pesquisas quantitativas (Baltagi, 2021). O banco final foi consolidado em formato de painel e importado para o software *Stata* 18, utilizando na estimação dos modelos econométricos.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados empíricos da pesquisa. Inicialmente, descrevem-se as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas, seguidas da matriz de correlação que permite observar de maneira preliminar as relações entre a variável dependente, as variáveis independentes e as de controle. Em seguida, discutem-se os modelos de regressão, cuja estimação inicial foi realizada por meio do modelo *pooled* com efeitos fixos de ano e região. Contudo, os testes de pressupostos aplicados de forma off-line indicaram violações relacionadas à homocedasticidade, à normalidade dos resíduos e à independência, inviabilizando a utilização do modelo *pooled* como referência principal.

Diante dessas limitações, definiu-se pela adoção da regressão generalizada por mínimos quadrados, especificada para capturar a heterogeneidade dos painéis e a presença de autocorrelação de primeira ordem, assegurando maior robustez às estimativas e resultados mais consistentes. Ressalta-se que a análise foi conduzida com o apoio do software Stata 18 e que a organização e formatação dos resultados foram realizadas no Microsoft Office.

### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Conforme apresentado na Tabela 2, a variável dependente TRANSP, que representa a nota de transparência dos municípios, apresentou média de 0,70, valor relativamente elevado diante do intervalo entre 0 e 1. O desvio-padrão de 0,19 evidencia heterogeneidade entre os municípios analisados, indicando que, embora parte das localidades atinja níveis satisfatórios de transparência, ainda existem casos críticos com notas bastante reduzidas. Os percentis reforçam essa dispersão, pois

enquanto 25% dos municípios não alcançam a nota de 0,59, outros 25% situam-se acima de 0,83. Esse cenário sugere que, apesar de avanços institucionais no acesso à informação, persistem desigualdades importantes na efetivação da transparência pública no Brasil.

Tabela 2 - Estatística descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo	N
TRANSP	0,70	0,19	0,00	0,59	0,72	0,83	1,00	4767
DFEM	0,14	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	4767
DSUPERIOR	0,59	0,49	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00	4767
DESQUERDA	0,13	0,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	4767
DDIREITA	0,31	0,46	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	4767
DRAÇAPRETA	0,36	0,48	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	4767
IDADE	49,56	11,01	21,00	41,00	50,00	57,00	89,00	4767
COLIGPRES	0,12	0,32	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	4767
CAPPAGALTA	0,43	0,49	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00	4767
ENDIVID	0,05	0,32	-2,75	-0,12	0,02	0,19	2,66	4767
GINI	0,45	0,05	0,34	0,42	0,44	0,47	0,63	4767
LNPOP	9,97	1,38	6,73	8,97	9,83	10,79	16,33	4767

Nota explicativa: TRANSP = Nota de transparência recebida pelo município (0–100%); DESQUERDA = Prefeito eleito por partido de esquerda (dummy; 1 = Esquerda, 0 = Outros); DDIREITA = Prefeito eleito por partido de direita (dummy; 1 = Direita, 0 = Outros); DFEM = Sexo do prefeito (dummy; 1 = Feminino, 0 = Masculino); DSUPERIOR = Grau de instrução do prefeito (dummy; 1 = Ensino superior completo, 0 = Não superior); DRAÇAPRETA = Raça/cor do prefeito (dummy; 1 = Preta/Parda, 0 = Branca/Outras); IDADE = Idade do prefeito em anos (variável contínua); COLIGPRES = Coligação do prefeito alinhada ao Presidente (dummy; 1 = Coligado, 0 = Não); CAPPAGALTA = Capacidade de pagamento municipal (dummy; 1 = Alta capacidade – CAPAG A ou B, 0 = Não alta); ENDIVID = Índice de endividamento municipal (% da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida); GINI = Índice de desigualdade de renda (0 = igualdade perfeita; 1 = máxima desigualdade); e LNPOP = Logaritmo natural da população total do município.

Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito ao perfil dos prefeitos, a amostra apresenta predominância de homens, já que apenas 14% dos gestores são do sexo feminino. Além disso, observa-se que 59% dos prefeitos possuem ensino superior completo, sugerindo que, em termos de escolaridade, a maior parte dos líderes municipais tem formação mais avançada, embora ainda exista parcela significativa com níveis mais baixos. Em relação à ideologia política, apenas 13% dos prefeitos estão vinculados a partidos de esquerda, enquanto 31% pertencem a partidos de direita, evidenciando maior predominância desta última orientação. Outro ponto de destaque é a variável raça, que mostra 36% de prefeitos autodeclarados pretos ou pardos, indicando uma

representatividade relevante, embora inferior à participação de brancos e outras categorias.

Entre as variáveis de controle, nota-se que a idade média dos prefeitos é de 49 anos, sugerindo que os gestores municipais, em geral, já possuem experiência profissional e política acumulada. A coligação com o partido do Presidente aparece em apenas 12% dos casos, revelando que a maioria das gestões municipais não está diretamente alinhada ao governo federal. A capacidade de pagamento elevada (CAPAG A ou B) foi verificada em 43% dos municípios, o que mostra disparidades fiscais significativas. Já o índice de endividamento médio de 5% demonstra que parte dos municípios possui restrições fiscais consideráveis. O índice de GINI, com média de 0,45, reforça a presença de desigualdade socioeconômica nos territórios, e o logaritmo da população indica que há forte variação no porte dos municípios, abrangendo desde localidades pequenas até grandes centros urbanos.

De forma geral, a amostra revela prefeitos majoritariamente homens, com idade média de 49 anos e nível de escolaridade relativamente elevado, já que mais da metade possui ensino superior completo. Observa-se ainda predominância de gestores vinculados a partidos de direita, baixa representatividade feminina e racial, e disparidades fiscais e socioeconômicas entre os municípios. Esse perfil indica heterogeneidade tanto nas características dos prefeitos quanto nas condições estruturais das administrações locais.

Tais evidências reforçam a importância de investigar como esses fatores se relacionam com a transparência pública. Para avançar nessa análise, a próxima seção apresenta a matriz de correlação, permitindo identificar as primeiras associações estatísticas entre a variável dependente e as variáveis explicativas e de controle.

## 4.2 MATRIZ DE CORRELAÇÃO

A Tabela 3 – Matriz de Correlação mostra que a nota de transparência apresenta associação positiva, ainda que de baixa intensidade, com o nível de escolaridade dos prefeitos. Esse resultado sugere que gestores com ensino superior completo tendem a estar ligados a municípios com melhores índices de transparência. Por outro lado, não foram encontradas associações estatisticamente significativas entre a transparência e características como gênero, idade, ideologia política ou raça, o que indica que, de forma isolada, essas variáveis não guardam relação linear relevante com a variável dependente.

Tabela 3 - Matriz de correlação

Variável	TRANSP	DFEM	DSUPERIOR	DESQUERDA	DDIREITA	DRAÇAPRETA	IDADE	COLIGPRES	CAPPAGALTA	ENDIVID	GINI	LNPOP
TRANSP	1,00											
DFEM	0,00	1,00										
DSUPERIOR	<b>0,03</b>	<b>0,15</b>	1,00									
DESQUERDA	<b>-0,04</b>	<b>0,04</b>	-0,02	1,00								
DDIREITA	<b>-0,04</b>	0,02	0,00	<b>-0,26</b>	1,00							
DRAÇAPRETA	0,00	0,01	<b>-0,13</b>	<b>0,08</b>	0,02	1,00						
IDADE	0,02	<b>-0,05</b>	<b>-0,08</b>	-0,01	<b>-0,08</b>	<b>-0,04</b>	1,00					
COLIGPRES	<b>-0,04</b>	<b>0,04</b>	0,01	<b>0,43</b>	0,00	<b>0,04</b>	<b>-0,04</b>	1,00				
CAPPAGALTA	<b>0,07</b>	<b>-0,06</b>	<b>0,07</b>	<b>-0,05</b>	-0,02	<b>-0,17</b>	<b>0,08</b>	<b>-0,06</b>	1,00			
ENDIVID	<b>-0,09</b>	<b>0,07</b>	<b>-0,03</b>	<b>0,07</b>	-0,02	<b>0,20</b>	<b>-0,07</b>	<b>0,04</b>	<b>-0,28</b>	1,00		
GINI	<b>-0,06</b>	<b>0,06</b>	<b>-0,05</b>	<b>0,16</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,29</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,09</b>	<b>-0,15</b>	<b>0,21</b>	1,00	
LNPOP	<b>0,17</b>	<b>-0,03</b>	<b>0,22</b>	0,00	<b>-0,04</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,10</b>	0,01	<b>0,15</b>	<b>0,10</b>	<b>0,10</b>	1,00

**Nota explicativa: (i) Variáveis:** TRANSP = Nota de transparência recebida pelo município (0–100%); DESQUERDA = Prefeito eleito por partido de esquerda (dummy; 1 = Esquerda, 0 = Outros); DDIREITA = Prefeito eleito por partido de direita (dummy; 1 = Direita, 0 = Outros); DFEM = Sexo do prefeito (dummy; 1 = Feminino, 0 = Masculino); DSUPERIOR = Grau de instrução do prefeito (dummy; 1 = Ensino superior completo, 0 = Não superior); DRAÇAPRETA = Raça/cor do prefeito (dummy; 1 = Preta/Parda, 0 = Branca/Outras); IDADE = Idade do prefeito em anos (variável contínua); COLIGPRES = Coligação do prefeito alinhada ao Presidente (dummy; 1 = Coligado, 0 = Não); CAPPAGALTA = Capacidade de pagamento municipal (dummy; 1 = Alta capacidade – CAPAG A ou B, 0 = Não alta); ENDIVID = Índice de endividamento municipal (% da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida); GINI = Índice de desigualdade de renda (0 = igualdade perfeita; 1 = máxima desigualdade); e LNPOP = Logaritmo natural da população total do município; e (ii) nível de significância: Os coeficientes de correlação destacados em negrito e com fundo cinza são estatisticamente significativos ao nível de até 10% de significância ( $p \leq 0,10$ ).

Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito as variáveis de controle, a tabela evidencia relações mais consistentes. A população, medida em logaritmo, está associada de forma positiva com a transparência, mostrando que municípios maiores apresentam níveis mais elevados de divulgação de informações. Já o índice de endividamento e o índice de Gini exibem associação negativa, sugerindo que contextos de maior fragilidade fiscal e de maior desigualdade estão relacionados a notas mais baixas de transparência.

De maneira geral, a Tabela 2 aponta que as associações mais relevantes da transparência estão ligadas a fatores estruturais e socioeconômicos, como porte populacional, situação fiscal e desigualdade de renda. Já as características pessoais dos prefeitos apresentam vínculos fracos ou inexistentes com a variável dependente. Esses achados indicam a necessidade de avançar para os modelos de regressão, que permitem avaliar em conjunto essas relações e verificar sua significância estatística de forma mais robusta.

#### 4.3 ANÁLISE DA REGRESSÃO LINEAR

Após a apresentação da estatística descritiva e da matriz de correlação, esta seção dedica-se à análise dos modelos de regressão, que buscam avaliar as associações entre o perfil dos prefeitos, as variáveis de controle e a transparência pública dos municípios. Como mencionado anteriormente, os pressupostos do modelo *pooled* com efeitos fixos de ano e de região não foram atendidos, o que levou à adoção da regressão generalizada por mínimos quadrados. Esse procedimento foi escolhido por ser mais adequado diante da presença de heterocedasticidade e autocorrelação, garantindo maior robustez às estimativas. A partir desse modelo, foram testadas as hipóteses da pesquisa e examinadas as variáveis de controle e os efeitos fixos.

A Tabela 4 apresenta os resultados da estimação do modelo de regressão generalizada por mínimos quadrados (GLS). Esse procedimento permitiu corrigir problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, assegurando maior robustez estatística às estimativas. O teste de Wald, altamente significativo, indica que o modelo como um todo apresenta bom ajuste, confirmando a adequação da especificação utilizada para explicar a variável dependente, representada pela nota de transparência dos municípios.

Tabela 4 - Estimativa do modelo de regressão – GLS

Variáveis Explicativas	Variável Dependente: TRANSP			
	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística Z	P-valor
CONSTATE	0,5948	0,0059	100,9300	0,0000***
DESQUERDA	0,0022	0,0012	1,8500	0,0640*
DIREITA	-0,0044	0,0009	-4,9600	0,0000***
DFEM	0,0061	0,0011	5,4800	0,0000***
DSUPERIOR	-0,0008	0,0008	-0,9300	0,3540
DRAÇAPRETA	0,0030	0,0008	3,8500	0,0000***
IDADE	0,0001	0,0000	3,6000	0,0000***
COLIGPRES	-0,0014	0,0009	-1,4800	0,1400
CAPPAGALTA	-0,0011	0,0007	-1,4900	0,1370
ENDIVID	-0,0081	0,0008	-10,3800	0,0000***
GINI	-0,0701	0,0097	-7,2000	0,0000***
LNPOP	0,0252	0,0003	72,1200	0,0000***
DNORDESTE	-0,1357	0,0015	-90,6600	0,0000***
DNORTE	0,0578	0,0015	38,3700	0,0000***
DSUDESTE	-0,0981	0,0017	-58,6700	0,0000***
DSUL	-0,0470	0,0020	-23,1000	0,0000***
DANO2023	-0,1166	0,0005	-228,8300	0,0000***
DANO2022	-0,0453	0,0009	-50,4800	0,0000***
Nº de Obs.	4.767			
Wald chi2(17)	141649,12			
Prob > chi2	0,0000***			

Notas Explicativas: **(i) Variáveis:** TRANSP = Nota de transparência recebida pelo município (0–100%); DESQUERDA = Prefeito eleito por partido de esquerda (dummy; 1 = Esquerda, 0 = Outros); DIREITA = Prefeito eleito por partido de direita (dummy; 1 = Direita, 0 = Outros); DFEM = Sexo do prefeito (dummy; 1 = Feminino, 0 = Masculino); DSUPERIOR = Grau de instrução do prefeito (dummy; 1 = Ensino superior completo, 0 = Não superior); DRAÇAPRETA = Raça/cor do prefeito (dummy; 1 = Preta/Parda, 0 = Branca/Outras); IDADE = Idade do prefeito em anos (variável contínua); COLIGPRES = Coligação do prefeito alinhada ao Presidente (dummy; 1 = Coligado, 0 = Não); CAPPAGALTA = Capacidade de pagamento municipal (dummy; 1 = Alta capacidade – CAPAG A ou B, 0 = Não alta); ENDIVID = Índice de endividamento municipal (% da dívida consolidada sobre a receita corrente líquida); GINI = Índice de desigualdade de renda (0 = igualdade perfeita; 1 = máxima desigualdade); LNPOP = Logaritmo natural da população total do município; Dummies de região (DNORDESTE, DNORTE, DSUDESTE, DSUL) com Centro-Oeste como categoria de referência; Dummies de ano (DANO2023, DANO2022) com ano de 2022 como referência. **(ii) Nível de significância:** Coeficientes marcados com \* são significativos a 1% ( $p < 0,01$ ); \*\* significativos a 5% ( $p < 0,05$ ); \*\*\* significativos a 10% ( $p < 0,10$ ).

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere às hipóteses iniciais, a variável que representa prefeitos de partidos de direita apresentou coeficiente negativo e significativo, rejeitando a hipótese de que esses gestores estariam associados a maiores níveis de transparência. Já a variável referente a prefeitos de partidos de esquerda apresentou coeficiente positivo, mas de baixa magnitude e apenas ao significativo a 10%, o que não fornece suporte robusto para a hipótese de que esses prefeitos promovem maior transparência. Dessa forma, os resultados não confirmam de maneira consistente a relação entre orientação ideológica e transparência pública.

A variável de gênero, que avalia se prefeitos do sexo feminino estariam associados a maior transparência, mostrou coeficiente positivo e altamente significativo. Esse resultado oferece suporte à hipótese de que prefeitas, em média, apresentam desempenho superior em termos de divulgação de informações públicas, o que vai ao encontro de parte da literatura que associa lideranças femininas a práticas mais éticas e transparentes. Por outro lado, a variável que representa o grau de escolaridade não foi estatisticamente significativa, o que leva à rejeição da hipótese de que prefeitos com ensino superior completo estão relacionados a maiores níveis de transparência.

Entre as demais variáveis independentes, a variável de raça (DRAÇAPRETA) apresentou coeficiente positivo e significativo, sugerindo que prefeitos pretos ou pardos estão associados a maiores níveis de transparência. A variável idade também apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo, indicando que prefeitos mais velhos tendem a estar vinculados a administrações mais transparentes. Esses resultados são importantes, pois ampliam a compreensão do papel de características individuais dos prefeitos sobre a condução da gestão municipal.

No grupo das variáveis de controle, destacam-se três resultados centrais. O índice de GINI exibiu coeficiente negativo e altamente significativo, reforçando que maior desigualdade social está associada a menor transparência. Da mesma forma, o índice de endividamento apresentou efeito negativo, sugerindo que municípios com maior comprometimento fiscal apresentam menores níveis de divulgação de informações. Em contrapartida, o logaritmo da população apresentou coeficiente positivo e altamente significativo, confirmando que municípios maiores tendem a apresentar maior transparência em função de maior capacidade institucional e pressão social.

Os efeitos fixos de região também merecem atenção. Todas as regiões apresentaram coeficientes significativos em comparação com o Centro-Oeste, utilizado como referência. Municípios do Nordeste, Sudeste e Sul mostraram coeficientes negativos, indicando níveis mais baixos de transparência em relação à categoria de referência. Já o município do Norte exibiu coeficiente positivo, evidenciando maior transparência nessas localidades. Esses achados demonstram que existem diferenças regionais relevantes no padrão de divulgação de informações públicas, possivelmente relacionadas a aspectos históricos, econômicos e institucionais.

Por fim, os efeitos fixos de ano revelaram que tanto 2023 quanto 2022 apresentaram coeficientes negativos em comparação ao ano base de 2022. Isso significa que, ao longo do período analisado, houve redução significativa das notas de transparência, o que pode estar relacionado a fatores conjunturais, como mudanças no cenário político ou restrições fiscais. O resultado reforça a importância de considerar a dimensão temporal, mostrando que a transparência não é estática, mas

sim afetada por dinâmicas de curto prazo que condicionam a atuação dos gestores municipais.

#### 4.4 DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES

Em síntese, os resultados da regressão GLS permitem avaliar as hipóteses propostas neste estudo. A **H1**, que previa maior transparência em municípios governados por prefeitos de direita, não foi suportada, já que o coeficiente foi negativo e significativo, apontando inclusive para uma associação contrária à expectativa. A **H2**, que sugeria maior transparência em municípios governados por prefeitos de esquerda, obteve apenas suporte parcial, pois embora o coeficiente tenha sido positivo, sua significância estatística foi marginal e de baixa magnitude, o que não permite confirmar a hipótese de forma robusta. Já a **H3**, que relacionava prefeitas mulheres a níveis mais elevados de transparência, foi confirmada, com efeito positivo e significativo, reforçando a literatura que associa a presença feminina na política a práticas mais transparentes. Por fim, a **H4**, que previa maior transparência em municípios administrados por prefeitos com ensino superior completo, não foi suportada, uma vez que a variável não apresentou significância estatística.

Além dessas hipóteses principais, o modelo revelou que outras características individuais dos prefeitos, não previstas inicialmente como hipóteses centrais, mostraram associação relevante. Tanto a variável de raça, indicando prefeitos pretos ou pardos, quanto a idade apresentaram coeficientes positivos e significativos, o que sugere que esses fatores também estão relacionados a melhores resultados em transparência.

Entre as variáveis de controle, confirmaram-se associações robustas: maior população esteve associada a maiores níveis de transparência, enquanto desigualdade social e endividamento estiveram associados a menores níveis de divulgações de informações públicas.

De forma geral, os resultados apontam que os determinantes mais consistentes da transparência municipal são de natureza estrutural e socioeconômica, embora alguns traços individuais dos prefeitos também exerçam papel importante. Esses achados enriquecem a literatura ao mostrar que, embora ideologia política e escolaridade não tenham se mostrado fatores robustos, gênero, raça e idade dos gestores municipais apresentam associações significativas, ainda que em menor magnitude. Assim, confirma-se que a transparência resulta da interação entre variáveis institucionais, socioeconômicas e características individuais dos prefeitos, oferecendo uma compreensão mais ampla do fenômeno e das condições que favorecem ou dificultam sua efetivação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo central analisar em que medida o perfil dos prefeitos brasileiros, especificamente gênero, grau de instrução e ideologia política, influencia os níveis de transparência pública municipal, controlando-se fatores demográficos, socioeconômicos, fiscais e institucionais.

Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa com dados em painel referentes ao período de 2022 a 2024, utilizando modelos econométricos robustos capazes de capturar simultaneamente variações temporais e diferenças estruturais entre os municípios.

Os resultados permitem avaliar de forma direta as hipóteses formuladas no estudo. As hipóteses H1 e H2, que postulavam uma associação positiva entre a ideologia política do prefeito (direita e esquerda) e os níveis de transparência municipal, não foram confirmadas de maneira consistente. Embora prefeitos vinculados a partidos de esquerda tenham apresentado coeficiente positivo, o efeito mostrou-se de baixa magnitude e significância estatística marginal.

Em contraste, prefeitos de partidos de direita apresentaram associação negativa e estatisticamente significativa com a transparência. Esses achados indicam que a ideologia política, considerada isoladamente não se configura como um determinante robusto da transparência pública municipal, estando seus efeitos condicionados a fatores institucionais e contextuais.

A hipótese H3, que previa maior transparência em municípios governados por prefeitas foi confirmada. O efeito positivo e estatisticamente significativo do gênero feminino está em consonância com a literatura que associa lideranças femininas a

práticas administrativas mais éticas, responsivas e orientadas à *accountability*. Por sua vez, a hipótese H4, relativa ao grau de instrução do prefeito, não encontrou respaldo empírico, sugerindo que a escolaridade formal, por si só, não é suficiente para explicar variações nos níveis de divulgação de informações públicas.

As variáveis idade e raça/cor dos prefeitos foram incluídas no modelo exclusivamente como variáveis de controle, com o objetivo de ajustar possíveis heterogeneidades individuais dos gestores. Embora tenham apresentado associações estatisticamente significativas com a transparência municipal, tais resultados devem ser interpretados com cautela, uma vez que não constituem hipóteses centrais da pesquisa nem permitem inferências causais diretas. Esses achados sugerem, contudo, que características demográficas podem atuar como fatores condicionantes das práticas administrativas sobretudo quando analisadas em conjunto com aspectos institucionais e socioeconômicos.

No que se refere aos fatores estruturais, os resultados confirmam evidências consolidadas na literatura. Municípios de maior porte populacional e com maior capacidade institucional apresentaram níveis mais elevados de transparência, enquanto a desigualdade social e o endividamento municipal exerceram efeitos negativos e estatisticamente significativos sobre a divulgação de informações. Tais resultados reforçam a centralidade das condições socioeconômicas e fiscais como determinantes da transparência pública no âmbito local.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para a literatura brasileira ao incorporar, de forma sistemática, características individuais dos prefeitos como variáveis explicativas da transparência municipal, sem perder de vista o papel predominante das estruturas institucionais. Empiricamente, os achados reforçam a

compreensão da transparência como um fenômeno multifacetado, resultante da interação entre fatores estruturais, institucionais e atributos do perfil dos gestores públicos.

Em termos práticos, os resultados sugerem que políticas públicas e iniciativas de órgãos de controle, como a ATRICON e os Tribunais de Contas, podem se beneficiar de estratégias diferenciadas de promoção da transparência. Recomenda-se a implementação de programas de capacitação e apoio técnico direcionados a municípios com menor capacidade fiscal e administrativa, bem como ações de formação continuada para prefeitos e equipes técnicas, com foco em governança aberta, uso de ferramentas digitais e cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Ademais, iniciativas voltadas ao fortalecimento da participação de mulheres e de grupos subrepresentados em cargos de liderança podem contribuir indiretamente para a ampliação das práticas de *accountability*.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a dependência de dados secundários, em especial do Índice de Transparência do Radar da Transparência, que podem incorporar vieses decorrentes de informações autorreferidas pelos próprios municípios. Além disso, o recorte temporal restrito ao período de 2022 a 2024 limita a análise de tendências de longo prazo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o horizonte temporal da análise, incorporar outros indicadores de governança e *accountability* e explorar metodologias qualitativas que permitam captar percepções, motivações e práticas administrativas dos gestores públicos.

Estudos que aprofundem o papel de características individuais como variáveis condicionantes, e não causais, também podem contribuir para o avanço do debate acadêmico.

Em síntese, os resultados indicam que a transparência pública municipal no Brasil é influenciada predominantemente por fatores estruturais e institucionais, mas também apresenta sensibilidade a características do perfil dos prefeitos. O fortalecimento da democracia local, portanto, está associado ao aprimoramento institucional e à consolidação de práticas de governo aberto, responsivo e orientado à *accountability*.

## REFERÊNCIAS

- Alves, J. F., Miranda, A. R. A., Teixeira, M. A. C., & Souza, P. R. R. D. (2021). Ranking de transparência ativa de municípios do estado de Minas Gerais: Avaliação à luz da Lei de Acesso à Informação. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 564–581. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200135>
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. (2023). *Relatório do Levantamento dos Portais do PNTP: Ciclo 2023*. Atricon. <https://radardatransparencia.atricon.org.br/pdf/relatorio-nacional-2023.pdf>
- Avritzer, L. (2011). A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: Mapeando o debate. In R. Pires (Ed.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (pp. 13–25). Ipea. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3089>
- Baldissera, J. F. (2018). *Determinantes da transparência pública: Um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. Repositório Digital da UNIOESTE. <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3805>
- Baldissera, J. F., Dall’Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. de. (2020). Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. *Revista de Administração Pública*, 54(2), 340–359. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190048>
- Baltagi, B. H. (2021). *Econometric analysis of panel data* (6th ed.). Springer.
- Batista, M., Rocha, V., & Santos, J. L. A. D. (2020). Transparência, corrupção e má gestão: Uma análise dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 54(5), 1382–1401. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190290>
- Bodart, C. N., Torres, K. R., & Silva, R. S. (2015). Avaliação de sítios municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, 20(66), 46–64. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v20n66.45455>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm)
- Brasil. (2000). *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)

- Brollo, F., & Troiano, U. (2016). What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 122, 28–45. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003>
- Controladoria-Geral da União. (2024). *Governo aberto no Brasil: Legislação*. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/legislacao>
- Controladoria-Geral da União. (2024). *Avaliação da OCDE de governo aberto no Brasil*. [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-e-a-ocde/copy\\_of\\_avaliacao-da-ocde-de-governo-aberto-no-brasil](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-e-a-ocde/copy_of_avaliacao-da-ocde-de-governo-aberto-no-brasil)
- Controladoria-Geral da União. (2021). *Escala Brasil Transparente 360°*. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/search?origem=form&SearchableText=360%C2%BA>
- Controladoria-Geral da União. (2019). *Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal* (4<sup>a</sup> ed.). <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46641>
- Craveiro, G. S., Albano, C. S., & Soletto, J. S. (2023). Demanda por dados abertos governamentais: Um estudo com dados do Ministério da Saúde brasileiro, antes e ao longo da pandemia de COVID-19. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, 28, Artigo e88602. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.88602>
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2010). Transparência da gestão fiscal: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 12(3), 102–115. <https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/86>
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M., & Macedo, M. A. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153–176. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>
- Cunha, P., Low, M. M., Santos, A. A. D., & Cândido, A. C. (2024). Competência informacional para uso de dados abertos: Tendências e perspectivas. *Em Questão*, 30, Artigo e-136545. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.136545>
- DePaula, N. (2023). Political ideology and information technology in government online communication. *Government Information Quarterly*, 40(1), 101747. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101747>
- Dicionário On-line de Português. (2025). *Ideologia*. <https://www.dicio.com.br/ideologia/>
- Dicionário On-line de Português. (2025). *Transparência*. <https://www.dicio.com.br/transparencia/>

- Dollar, D., Fisman, R., & Gatti, R. (2001). Are women really the "fairer" sex? Corruption and women in government. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 46(4), 423–429. [https://doi.org/10.1016/S0167-2681\(01\)00169-X](https://doi.org/10.1016/S0167-2681(01)00169-X)
- Ermini, B., Santolini, R., & Ciommi, M. (2023). Equitable and sustainable well-being in Italian municipalities: Do women in politics make the difference? *Socio-Economic Planning Sciences*, 90, 101741. <https://doi.org/10.1016/j.seps.2023.101741>
- Fernandes, G. A. A. L., Fernandes, I. F., & Teixeira, M. A. C. (2024). Transparency of subnational governments: The impact of inequality on transparency. *Revista de Administração Pública*, 57(6), Artigo e2023-0025. <https://doi.org/10.1590/0034-761220230025x>
- Ferraz, C., & Finan, F. (2011). Electoral accountability and corruption: Evidence from the audits of local governments. *American Economic Review*, 101(4), 1274–1311. <https://doi.org/10.1257/aer.101.4.1274>
- Gerigk, W., Ribeiro, F., & Lepchak, A. (2018). Que fatores políticos influenciam as políticas públicas reguladas e não reguladas nos pequenos municípios do nordeste brasileiros? *Revista Ambiente Contábil*, 10(2), 91–113. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n2ID12734>
- Goel, R. K., & Nelson, M. A. (2023). Women's political empowerment: The influence of women in legislative versus executive branches in the fight against corruption. *Journal of Policy Modeling*, 45(1), 139–159. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2023.01.003>
- Gomes, M. B., Santos, C. M. M., Carvalho, A., & Grangeiro, R. da R. (2024). As múltiplas barreiras de gênero enfrentadas por mulheres na política. *Revista de Administração Pública*, 58(6), e2024-0124. <https://doi.org/10.1590/0034-761220240124>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica* (5ª ed.). AMGH.
- Herman, F., Marques, F. P. J., & Miola, E. (2022). Que fatores influenciam a qualidade da transparência digital dos governos locais? Evidências do caso brasileiro. *Opinião Pública*, 28(3), 857–884. <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283857>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021–2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADc: Microdados* [Base de dados]. <https://www.ibge.gov.br>
- Ingrams, A., Piotrowski, S., & Berliner, D. (2020). Learning from our mistakes: Public management reform and the hope of open government. *Perspectives on Public Management and Governance*, 3(4), 257–272. <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvaa001>

- Lapiente, V., & Suzuki, K. (2021). The prudent entrepreneurs: women and public sector innovation. *Journal of European Public Policy*, 28(9), 1345–1371. <https://doi.org/10.1080/13501763.2020.1770316>
- Leite Filho, G. A., Cruz, C. F., Silva, T. G., & Nascimento, J. P. B. (2018). Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75408>
- Leite, M. G., & Arvate, P. R. (2020). Uma visão institucional para a dívida pública no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, 22(4), 635–650. <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-0986>
- Matheus, R., & Janssen, M. (2020). A systematic literature study to unravel transparency enabled by open government data: The window theory. *Public Performance & Management Review*, 43(3), 503–534. <https://doi.org/10.1080/15309576.2019.1691025>
- Meijer, A. (2013). Understanding the complex dynamics of transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429–439. <https://doi.org/10.1111/puar.12032>
- Melo, C., & Tigre, R. (2024). Are educated candidates less corrupt bureaucrats? Evidence from randomized audits in Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, 72(3), 1493–1526. <http://dx.doi.org/10.1086/722486>
- Michener, G., Coelho, J., & Moreira, D. (2021). Are governments complying with transparency? Findings from 15 years of evaluation. *Government Information Quarterly*, 38(2), 101565. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101565>
- Nicolò, G., L'Abate, V., Raimo, N., & Vitolla, F. (2024). Exploring the background of sustainability disclosure by local governments: The role of the mayor. *Journal of Public Affairs*, 24(1), e2908. <https://doi.org/10.1002/pa.2908>
- Nikiforova, A., & McBride, K. (2021). Open government data portal usability: A user-centred usability analysis of 41 open government data portals. *Telematics and Informatics*, 58, 101539. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2020.101539>
- Olsen, H. P., Hildebrandt, T. T., Wisener, C., Larsen, M. S., & Flügge, A. W. A. (2024). The right to transparency in public governance: Freedom of information and the use of artificial intelligence by public agencies. *Digital Government: Research and Practice*, 5(1), 1–15. <https://doi.org/10.1145/3632753>
- Raupp, F. M., & Pinho, J. A. G. (2011). Metodologia para construção de um índice de transparência focalizando portais eletrônicos. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1), 126–149. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100008>
- Stewart, A. J., McCarty, N., & Bryson, J. J. (2020). Polarization under rising inequality and economic decline. *Science Advances*, 6(50), Artigo eabd4201. <https://doi.org/10.1126/sciadv.abd4201>

- Tavares, A. F., & Cruz, N. F. da. (2020). Explaining the transparency of local government websites through a political market framework. *Government Information Quarterly*, 37(3), Artigo 101249. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2017.08.005>
- Tejedo-Romero, F., & Araujo, J. F. F. E. (2023). Does political ideology act as a moderator of transparency drivers? An empirical analysis of active information disclosure in local governments. *Local Government Studies*, 49(3), 519–543. <https://doi.org/10.1080/03003930.2021.2013209>
- Tesouro Nacional. (2024). *Estados e municípios: Capacidade de pagamento (CAPAG)*. Tesouro Transparente. <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>
- Transparency International. (2024). *Global Corruption Barometer*. <https://www.transparency.org/en/gcb>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2016). *Eleições municipais 2016: Divulgação de candidaturas e contas*. <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2018). *Estatísticas eleitorais: Estatísticas de eleição*. [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0\\_ano=2018](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/home?p0_ano=2018)
- United Nations. (2022). *E-Government Survey 2022: The future of digital government*. <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Reports/UN-E-Government-Survey-2022>
- Wooldridge, J. M. (2016). *Introductory econometrics: A modern approach* (6th ed.). Cengage Learning.